



INFORMATIVO

O TUIUTI



ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

520 anos das Capitânicas Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaranítica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

ANO 2024

Agosto

Nº 458

José Eduviges Díaz Vera – um militar brilhante

Vivaldo José Breternitz (*)



José Eduviges Díaz Vera nasceu no ano de 1833 na vila de Pirayú, a 50 quilômetros da capital do Paraguai.

Filho de uma família muito pobre, como mostra uma foto recente da casa em que nasceu, órfão de pai desde criança, aos 19 anos ingressou no exército como soldado, em uma unidade sob o comando do então capitão Venâncio López, filho do presidente da república e irmão de Solano Lopez.

Quando o capitão Hilario Marcó assumiu o comando do Batalhão de Polícia, o então sargento Díaz o acompanhou, tendo chegado ao oficialato em 1860, no posto de subtenente.

Em 1864, quando o tenente-coronel Marcó adoeceu, o já tenente Díaz assumiu o comando do Batalhão, sendo promovido a capitão; no início da Guerra da Tríplice Aliança, recebeu a missão de formar e treinar o Batalhão 40, composto por membros das famílias mais prestigiadas da capital e que teve participação destacada no conflito.

Foi considerado um dos mais brilhantes, se não o mais brilhante dos oficiais paraguaios. Lutou nas principais batalhas da guerra, dentre elas Tuiuti, acontecida em maio de 1866 e que foi a maior batalha já acontecida na América do Sul e uma amarga derrota paraguaia; nessa ocasião, tinha o posto de coronel.

No posto de brigadeiro, teve também um papel destacado na batalha de Curupaiti, esta a maior vitória paraguaia em toda a guerra, acontecida em setembro de 1866.

Conta-se, embora não existam evidências, que Díaz chegou a planejar uma ação do tipo “comandos”, onde paraguaios desembarcariam no Rio de Janeiro, prenderiam D. Pedro II e imporiam a paz.

Logo após Curupaiti, a guerra entrou numa fase de escaramuças, enquanto os aliados reorganizavam suas tropas. Nessa fase, em 26 de janeiro de 1867, Díaz, acompanhado por vários militares, saiu em uma canoa descendo o rio Paraguai. Segundo alguns autores, fora observar a esquadra brasileira. Outros, dentre os quais o ultranacionalista jornalista e escritor paraguaio Juan Emiliano O'Leary Urdapilleta, dizem que Díaz fora simplesmente pescar.

O fato é que um disparo feito por um navio brasileiro atingiu a canoa, ferindo dois oficiais que estavam a bordo e lançando Díaz ao rio, com graves ferimentos na perna. Também estava na canoa um sargento conhecido como “Cuti”, afilhado de Díaz, que se atirou às águas e levou-o para terra.

Díaz imediatamente comunicou a Solano López que estava ferido na perna, e que “embora o ferimento não fosse grave”, ela precisaria ser amputada. López ordenou ao melhor médico militar de seu exército, o inglês Frederick Skinner, que procedesse à amputação.

Díaz ficou alojado no quartel-general paraguaio, em Passo Pocu. López o visitava diariamente, e ordenou que fosse feito um caixão especial para a perna amputada, que foi embalsamada e colocada ao lado da cama de Díaz.

Seu estado foi se agravando, e em 7 de fevereiro de 1867, recebeu os últimos sacramentos das mãos do bispo do Paraguai, Manuel Antonio Palacios. Nesse dia, às 16h15, desmaiou e meia hora depois faleceu - uma hora antes fora promovido a general.

Seu corpo foi levado à Igreja de Humaitá por membros do Batalhão 40 que ele havia organizado; dali, transportado pelo navio Olimpo, foi levado a Assunção e enterrado no cemitério da Recoleta.

Em 1939 seus restos foram depositados no Panteão Nacional, no centro de Assunção, onde estão também os corpos de López, de outras personalidades paraguaias e de um soldado desconhecido.

O coronel Juan Crisóstomo Centurión, que lutou até o final da guerra, em suas memórias chama Díaz de “o braço forte do exército” e relata que sua morte abalou o moral de López e do



(Recebido e publicado a pedido do Prof. Dr. Jefferson Biajone, Itapetininga/SP)

“Nos livros estão nomes de reis. Os reis carregaram pedras”? Bertolt Brecht

Para Dussel (1977), as revoluções constituem rupturas no modo de produção dominante e nas relações sociais de produção, transitando a uma nova formação social, a passagem para uma nova ordem. A Revolução Mexicana, muito lembrada e celebrada naquele país, foi uma revolução antioligárquica e anti-feudal, já que as guerras de independência não resolveram os problemas agrários e urbanos, o monopólio da terra, o sistema latifundiário ali chamado de caciquismo – similar ao que chamamos no Brasil de coronelismo. Acontece que o Brasil também teve uma – ou muitas – revoluções antifeudais e antioligárquicas, essas pouco lembradas, ou quando contadas, só a partir da história dos vencedores, para lembrar de Benjamin (apud Lowy, 2005).

De forma um pouco forçada, digo que o “Porfírio Diaz” do Brasil foi Artur Bernardes – presidente na “República Velha” entre 1922 e 1926. Foi o penúltimo da “oligarquia do café com leite” (período de 1898 a 1930 em que os latifundiários do café em São Paulo combinavam com os latifundiários do gado em Minas Gerais quem seria o presidente).

Mesmo durante as eleições de 1922, o clima de insatisfação e tensão já era enorme, afetando sobretudo os militares de média e baixa patente. Uma rebelião nos quartéis da capital nacional, convocada para o dia 5 de julho, conflagrou o Forte de Copacabana. Sob cerco das tropas oficiais, 28 jovens saíram para entregar a vida e combater na avenida da praia.

Dois anos depois, iniciou a revolução na capital paulista. Os “revoltosos” – denominação que ficou para a história – bombardearam o palácio do governo do estado, e ocorreram rebeliões em outros municípios, com tomadas das prefeituras. O

governo federal de Artur Bernardes ordenou 17 dias de “bombardeios terríficos” sobre a maior cidade do país que “abrem crateras pelo centro e arrasam casas e fábricas em bairros operários”.

Esse processo é também chamado de “A Revolução Esquecida”, porém, mais esquecida ainda foi a sua fase posterior aos combates em São Paulo. Ao chamá-la de “Revolução Paulista”, os textos saltam direto de 1924 para o golpe de Getúlio Vargas em 1930, quando poucos citam a Coluna Prestes. Os movimentos das tropas de revolucionários e legalistas pelo estado do Paraná passam invisíveis nessa história.

Houve instalações, acampamentos duradouros, combates e passagens por Guaíra, Foz do Iguaçu, Catanduvas, Roncador (em Catanduvas), Formigas e Pouso Alegre (em Ibema), Belarmino, Medeiros e Borman (em Guaraniaçu), Colônia Mallet (atual Laranjeiras do Sul), Guarapuava e Ponta Grossa, além de Palmas e Clevelândia, onde também houve movimentos das tropas revolucionárias. Cada um desses lugares tem memórias para contar, e muitas delas permanecem subterrâneas.

A memória dos povos, a memória coletiva, tal como ensina Halbwachs (1990), está sempre em construção. É preciso que a sociedade, em cada local, e os respectivos governos, sigam construindo a memória do território local. Muitas vezes, é preciso cavar fundo, encontrar os fatos e histórias que ficaram enterrados pelo ritmo frenético e pragmático dos poderes econômicos, pela avalanche do pensamento único da globalização. Trabalhar a cultura é também trabalhar a memória.

Halbwachs lembra ainda que a memória depende da perspectiva de quem conta – ela é seletiva, o que significa que os conflitos do passado permanecem quando a história é contada. Podem

surgir versões diferentes, ou também silencia-mentos, quando grupos sociais se opõem tácita ou expressamente ao resgate da memória.

Porisso, o Memorial da Revolução de 24, em Catanduvas-PR, é um lugar de importância conti-nental e também local. A região já contava histori-camente com cemitérios e locais de combates, até que, em 2009, o governo do Paraná lançou o pro-jeto de construção do Memorial, concluído em 2013. Ali estão preservadas as histórias e memó-rias desse processo, sobretudo das movimenta-ções e combates no estado do Paraná.

Mildo Ramos, atual Secretário Municipal de Cultura, é um pesquisador e divulgador dessas memórias, que são recontadas a cada grupo de es-tudantes, pesquisadores e turistas que visitam o Memorial. Pouca gente sabe que foi em Catanduvas que se deram os maiores combates desse período da revolução. Os revolucionários se concentraram ali porque encontraram base de apoio na estação telegráfica, um aparato logístico estratégico na região. É também porque aguardavam a chegada das tropas que vinham do Rio Grande do Sul.

Marchando desde Curitiba, as tropas ofici-ais, lideradas pelo Marechal Cândido Rondon, con-tando mais de quatro mil homens, ali se confron-taram com os “revoltosos” por quatro meses. Es-tes só se renderam na madrugada de 31 de março de 1925, quando ainda resistiam 407 pessoas.

As tropas de revolucionários vindas do Rio Grande do Sul, chamadas de Coluna Gaúcha, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, só chegaram ao Oeste do Paraná 12 dias após essa batalha. E foi em Foz do Iguaçu que as tropas paulistas, recompos-tas após a rendição de Catanduvas e sob a lide-rança de Miguel Costa, se encontraram com a Co-luna Gaúcha, e convencionaram o início da Grande Marcha, então chamada de 1ª Divisão Revolucioná-ria, que ficou conhecida historicamente como Co-luna (Miguel Costa)/Prestes.

Com mais de 1500 homens e mulheres, ao longo de dois anos, os destacamentos revolucioná-rios percorreram cerca de 25 mil quilômetros através de treze Estados do Brasil, constante-mente empreendendo combates com as tropas ofi-ciais e retiradas.

Ao percorrer o circuito de visitação do Me-morial da Revolução de 24, é possível vivenciar e compartilhar a energia desses fatos históricos através da memória. Uma grande inscrição “1924 - A Revolução Esquecida”, utensílios domésticos, máquinas, restos de armamentos originais dos combates, cruces e fotos. Quem puder se conectar com a história, perceberá que o grande salão azul marinho também guarda silêncios e dores.

O trabalho de resgate das histórias de vida dos combatentes é louvável. Quando olhamos aquelas fotos de destacamentos militares, acam-pamentos, hospitais de campanha e cemitérios, di-zemos: esses foram os combatentes da Revolução de 24.

Mas a surpresa vem quando perguntamos: esses eram das tropas dos legalistas ou dos re-voltosos? E (quase) todas aquelas fotos são dos jovens soldados das tropas legalistas, que esta-vam combatendo os revolucionários. Quem eram os “revoltosos”? O que aconteceu com eles? Para onde foram? Como foram mortos? Onde foram en-terrados? Tantas perguntas, como dizia Brecht: “A cada página, uma vitória. Quem preparava os ban-quetes comemorativos? A cada dez anos, um grande homem. Quem pagava as contas?” (apud Konder, 1996, p. 96).

Enquanto, do lado das tropas oficiais, alguns passaram para a memória com fotos, biografias e cemitérios a eles dedicados – num célebre traba-lho de resgate histórico – os que lutaram do lado da revolução têm poucos rostos e nenhuma cruz.

Entre os revolucionários mais conhecidos do movimento de 1924, estão Miguel Costa, Luís Carlos

Prestes, Juarez Távora e João Cabanas. Na Revolução Esquecida, uns são mais esquecidos que outros. Enquanto o movimento tenentista é muito lembrado pelos acontecimentos de São Paulo e depois pela eleição de Getúlio Vargas, pouco se fala do que se passou no Oeste do Paraná.

Para finalizar, recordemos o significado de uma revolução – um processo de ampla mobilização social com ruptura da ordem, mudança no modo de produção e nas relações sociais. Ao contar a história, é preciso distinguir golpe de Estado e revolução.

É preciso distinguir quem lutou pela revolução e quem lutou contra ela. E é preciso também olhar para o longo tempo histórico, em que há idas

e vindas, diversidade de processos, momentos anteriores e posteriores. Devolvemos a palavra a Dussel (1977, p. 215), com quem iniciamos esse texto:

Libertação é afirmação do sujeito que deixa atrás a negação: é positividade da nova ordem, do homem novo. Libertação inclui os momentos pré-revolucionários, a situação revolucionária, a própria revolução e a continuação da revolução como construção da nova ordem. Indica todo o processo, não somente a ruptura; não é somente negação e nem sequer negação de negação, mas também afirmação da positividade da exterioridade de uma nação, povo, classes oprimidas e sua própria cultura.

Referências:

- DUSSEL, Enrique. Filosofia na América Latina. Vol. I Filosofia da Libertação. São Paulo: Ed. Loyola, 1977.
HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais (Edições Vértice), 1990.
KONDER, Leandro. A poesia de Brecht e a história. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

Imagens:





Mais pesquisas no [Documentário: A revolução esquecida - O desfecho de Catanduvas \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=EdYDYjwS7CY) <https://www.youtube.com/watch?v=EdYDYjwS7CY>

CAIENA – O conflito territorial-fronteiriço

Coronel António Manuel Diogo Velez

O Coronel Diogo Velez foi chefe da Repartição de Museus da Direção de História e Cultura Militar de 2016 a dezembro 2022. É Membro Institucional da Associação Portuguesa de Museologia (APOM); Membro-Efetivo da Academia História Militar Terrestre do Brasil – Rio de Janeiro (AHIMTB/RJ); Membro Efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB); Membro Efetivo do Conselho Executivo do Comitê Internacional dos Museus e Coleções Visitáveis e História Militar (ICOMAM); Parceiro Institucional do Conselho Internacional dos Museus (ICOM); Membro Efetivo do International Guild of Battlefield Guides – Reino Unido e Membro da Liga dos Combatentes.



Antecedentes

Nos primórdios da colonização das Américas, ficou um importante marco histórico onde se travou um litígio territorial justificado pelos seus problemas de fronteiras. No caso particular das Guianas estas disputas não ficaram restritas à França e a Portugal. O território entre os rios Orenoco e Amazonas foi também disputado pelas restantes principais nações ultramarinas da Europa, Inglaterra, Espanha e Holanda. Os desafios da colonização foram muitos, em especial a imprevisível relação com os indígenas, os habitantes originais. Esta contenda territorial foi de fato uma ligação histórica comum entre franceses, portugueses e também brasileiros.

Ao longo de mais de dois séculos, sucessivos tratados de fronteiras foram assinados por forma a conseguir controlar o objetivo estratégico da ambicionada rota e navegabilidade no Amazonas. No século XVI a região denominada Guiana estendia-se da foz do rio Amazonas à do rio Orinoco e era dominada sobretudo por tribos caribes e aruaques. O termo guiana significa "terra de muitas águas" em língua aruaque.

Os territórios das Guianas foram colonizados no século XVI por Inglaterra, Holanda, França, Portugal e Espanha. O atual estado brasileiro do Amapá foi chamado de Guiana Portuguesa entre 1809 e 1817 e era, até meados do século XX, conhecido também como Guiana Brasileira. A disputa por territórios na América do Sul entre Portugal e França aconteceu por diversos séculos. O primeiro conflito entre as duas Nações teve início no século XVI, quando os franceses chegaram ao atual Rio de Janeiro, e fundaram a chamada França Antártica. Esse controle na cidade do Rio de

Janeiro não durou muito tempo; os franceses acabaram derrotados e expulsos da região. Os franceses desde o início foram uma das Nações europeias a não aceitarem o Tratado de Tordesilhas.

Desde o século XVII a disputa entre os dois Países europeus relativamente à Guiana Francesa ocorre devido a um litígio de demarcação das fronteiras entre o que seria o território do Brasil e da Guiana Francesa. A ocupação do território foi tímida e demorada, tendo-se iniciado com a fixação em pontos-chave do território do Cabo Norte e da Guiana Francesa. Para os franceses, o estabelecimento definitivo em Caiena só ocorre com a derradeira expulsão dos holandeses em 1676.

Na Europa, após um período de grandes vitórias pelo exército de Napoleão Bonaparte, este sofreu uma grande derrota na Batalha de Trafalgar (1805). Napoleão tinha como objetivo diminuir o poderio militar e econômico da Inglaterra e, complementarmente acabar com a ameaça que os ingleses impunham sobre as pretensões francesas de expansão europeia. Com a derrota dos franceses na Batalha de Trafalgar e a perda de boa parte da marinha, Napoleão iniciou um processo de prejudicar a economia inglesa criando o Bloqueio Continental (1806-1807), que tinha como finalidade a proibição de qualquer tipo de comércio com a Inglaterra.

No governo de Duarte da Costa ocorreram várias incursões de corsários de potências europeias, entre elas a dos franceses. Em 1555, aportaram na Baía de Guanabara, para instalar uma colônia - a França Antártica. Chefiados por Nicolau Durand de Villegaignon fundaram o Forte de Coligny. Pretendiam garantir a exploração do pau-brasil no litoral sul e conseguir um espaço onde os protestantes franceses pudessem exercer livremente a sua religião. Fizeram amizade com os índios tupinambás que também guerreavam com os portugueses contra a sua escravização (a união das tribos indígenas contra os portugueses ficou conhecida como a Confederação dos Tamoios).

A primeira expedição organizada por Mem de Sá contra os franceses ocorreu em 1560, culminando com a destruição do Forte de Coligny, sendo os Franceses expulsos temporariamente da Baía de Guanabara. A luta com os franceses prosseguiu até 1567, quando Estácio de Sá recebeu reforços militares e ajuda de índios, chefiados por Araribóia, adversário dos tamoios e aliado dos portugueses. Os jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega e José de Anchieta pacificaram os índios tamoios de São Vicente, fazendo com que retirassem o seu apoio aos franceses, por forma a não serem mais atacados nem escravizados. Assim, sem o importante apoio que vinham sendo privilegiados, os franceses não conseguiram resistir, e foram definitivamente expulsos do Rio de Janeiro.

O Tratado de Tordesilhas foi um acordo internacional assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. O tratado definia como linha de demarcação o meridiano a 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, a Castela.

A Batalha de Trafalgar foi um evento bélico naval que ocorreu entre a França e Espanha contra o Reino Unido, em 21 de outubro de 1805, na era napoleônica, ao largo do cabo de Trafalgar, na costa espanhola. A esquadra franco-espanhola era comandada pelo almirante Villeneuve, enquanto a britânica era comandada pelo almirante Nelson. Para muitos, o maior gênio em estratégia naval que já existiu. O objetivo da França era invadir o Reino Unido pelo Canal da Mancha.

O Bloqueio Continental

No início do século XIX grande parte da Europa estava sob o domínio de Napoleão Bonaparte, que se tornara imperador francês, em 1804. A Inglaterra através do seu poderio econômico e supremacia naval era o obstáculo à consolidação do seu Império na Europa. Para dominar a Inglaterra, Napoleão usou a estratégia do Bloqueio Continental, tendo decretado o encerramento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês, para enfraquecer a economia inglesa, que dominava o mercado europeu com os seus produtos. O seu decreto de 21 de novembro de 1806 defendia que todos os países da Europa aderissem à ideia do bloqueio, e para isso era essencial a adesão dos portos localizados nos extremos do Continente: os do Império russo e os da Península Ibérica, especialmente os de Portugal. Através do Acordo de Tilsit, firmado com o Czar Alexandre I da Rússia, em julho de 1807, Napoleão garantiu o encerramento do extremo leste da Europa. Faltavam, a oeste, os portos das cidades de Lisboa e do Porto. O Governo de Portugal mostrava relutância em aderir ao Bloqueio Continental devido à sua aliança com a Inglaterra, da qual era extremamente dependente. O príncipe D. João assumira a regência. Estabelecido entre Portugal e a Inglaterra, o Tratado de Windsor, é a aliança diplomática mais antiga do mundo ainda em vigor. Foi assinado em 9 de Maio de 1386 após os ingleses lutarem ao lado da Casa de Avis na batalha de Aljubarrota e, com o sentido de renovar a Aliança Anglo-Portuguesa estabelecida pelos dois países em 1373.

D. João VI (13 de maio de 1767 – 10 de março de 1826), cognominado "O Clemente", foi rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822, ano em que ocorre a independência do Brasil e que resulta na extinção do Reino Unido ora existente, estava indeciso quanto à alternativa menos prejudicial para a Monarquia portuguesa. A situação de Portugal ficou complicada uma vez que tinha na Inglaterra o seu principal parceiro comercial dentro da Europa. Estavam duas opções "em cima da mesa": manter as relações comerciais com a Inglaterra e correr o risco de uma invasão francesa, ou cumprir o Bloqueio Continental e prejudicar-se economicamente.

Os Interesses Ingleses e Portugueses

Portugal, cuja grande riqueza eram as suas colônias, especialmente o Brasil, não tinha hipóteses de enfrentar Napoleão. Continuar na Europa significava acarretar a subjugação do domínio francês, e por outro lado os Ingleses apontavam a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, onde passaria a ser a sede do reino (esta opção era apoiada por parte de alguma nobreza portuguesa e também, significativa para os interesses ingleses). Para pressionar o príncipe-regente D. João, Napoleão enviou-lhe um ultimato, em agosto de 1807, para que rompesse com a Inglaterra e prendesse os súditos ingleses que habitassem o reino, confiscando-lhes os bens. Caso não cumprisse as ordens, Portugal seria invadido pelas tropas francesas comandadas pelo general Junot. Os ingleses, para proteger os seus bens e os seus súditos em Portugal da ameaça francesa, levaram-nos para a Inglaterra. Portugal acabou por decidir a favor da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. Em 02 de maio de 1808, é divulgado às potências da Europa e ao mundo inteiro o manifesto do Príncipe Regente, declarando guerra à França:

“Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, no seio do novo Império, que veio criar na América Meridional, levanta a sua voz, e expõe com energia e dignidade os sacrifícios... enfim depois de lembrar toda a Europa a execranda perfídia com que o dito Imperador invadiu o reino de Portugal e o ocupou, declara Sua Alteza Real guerra a Napoleão e aos franceses, permite aos seus vassallos da Europa, do Brasil e Domínios Ultramarinos o repelir, por mar e por terra os seus inimigos e fazer-lhes guerra...”

De 1822 em diante foi rei de Portugal e Algarves até à sua morte, em 1826. Pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1825, que reconhecia a independência do Brasil do restante Império Português,

também foi o imperador titular do Brasil, embora tenha sido o seu filho D. Pedro o imperador do Brasil de fato.

Para os ingleses a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil era muito importante, pois assim poderiam conseguir inúmeras vantagens para os seus negócios, tais como:

- o comércio serviria de compensação para os prejuízos económicos causados pelo Bloqueio;
- a possibilidade de utilização dos portos brasileiros para fazer chegar as suas mercadorias à região do rio da Prata; e
- facilitar sua estratégia de penetração militar na América espanhola.

Caiena - capital da Guiana Francesa

A cidade de Caiena foi fundada em 1634, tornando-se a capital e o principal porto da Guiana Francesa. A localização geográfica dessa colônia francesa (situada ao Norte do atual Estado do Amapá) foi palco para o mundo luso-brasileiro de diversos conflitos fronteiriços, somente resolvidos na década de 1810. Desde o século XVII, as Coroas de França e Portugal discordavam quanto ao seu local exato na América: para os portugueses, o limite entre os seus domínios e os dos franceses era o rio Oiapoque, também chamado Vicente Pinzón; para os franceses, o limite entre os dois territórios era a margem setentrional do rio Amazonas. Em 4 de março de 1700, França e Portugal assinaram um tratado provisório no qual foi permitido a ambas as partes fixarem-se na região compreendida entre os rios Oiapoque e Amazonas. Esse tratado, porém, foi anulado por ocasião da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) que colocou em lados opostos as duas Coroas. Como resultado desse conflito, em 11 de abril de 1713, França e Portugal assinaram o Tratado de Utrecht. Determinava esse Tratado que o limite entre as duas possessões seria o rio Oiapoque, tal como reivindicavam os portugueses.



Caiena não era a principal colônia da França, mas teve um papel importante na história do Brasil colonial especialmente em função do seu jardim de aclimação chamado La Gabriele. Havia, na região de Caiena, um famoso complexo agrícola mantido pela coroa francesa, formado pela Habitation Royale des Épiceries, mais conhecida como La Gabriele, pela Habitation de Mont Baduel, pela Habitation Tilsit e pela Fábrica de Madeiras de Nancibo. Eram os principais exemplos de estabelecimentos coloniais na Guiana, em extensão, produtividade e número de escravos. A

posse de La Gabriele tornar-se-ia num dos maiores benefícios obtidos pelos portugueses com a anexação de uma colônia tão conturbada. Além de ser uma das principais fontes de renda da colônia, reunia todas as espécies vegetais almejadas pelos portugueses. Durante a ocupação portuguesa foram enviadas para o Brasil diversas plantas exóticas, especiarias e frutos que possuíam um alto valor no mercado internacional como noz moscada, cravo-da-índia, fruta-pão, além de mudas de noqueira, camboeira, a carambola, a fruta do conde e, o abacateiro e a cana caiena, esta muito superior à Cana-de-açúcar cultivada então no Brasil (esta coleção seria um dos precursores da criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro).



Demarcação das fronteiras entre o território do Brasil e da Guiana Francesa pelo Tratado de Utrecht. Fonte: Wikipédia

Atualmente a Guiana Francesa é uma região da França localizada na costa nordeste da América do Sul, sendo o único território da União Europeia localizado nas Américas. Conhecida por sua rica biodiversidade e florestas tropicais exuberantes, abriga uma diversa gama de flora e fauna. A Guiana Francesa também é famosa pelo Centro Espacial da Guiana em Kourou, um importante local para a exploração espacial europeia e lançamentos de satélites. A sua população é uma mistura de vários grupos étnicos, incluindo crioulos, indígenas, maroons (descendentes de escravizados africanos), europeus e outros.

A conquista de Caiena - A ascensão de Napoleão Bonaparte

Com este facto as relações entre as duas Coroas voltaram a estreimar-se terminando com a invasão de Portugal pelos exércitos franceses e com a declaração de guerra do príncipe regente D. João a França em maio de 1808 já no Brasil (a família real saiu de Lisboa em 29 de novembro de 1807, e chegou ao Brasil em 22 de janeiro de 1808). Uma vez declarada a guerra aos franceses, D. João e seu ministro da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, prepararam um ataque aos domínios franceses na América do Sul. Entre 1807 e 1813, Portugal esteve envolvido

na designada Guerra Peninsular, resultado das sucessivas invasões que as tropas francesas infligiram à Península Ibérica. Portugal foi alvo de três invasões: em Novembro de 1807 (início da primeira invasão comandada pelo general Junot), em Março de 1809 (segunda invasão comandada pelo general Soult), e em Junho de 1810 (terceira invasão comandada pelo marechal Massena).

A partida teve lugar em pleno inverno e a chegada ao Brasil aconteceu em pleno verão do hemisfério sul. Foi uma viagem com alguns perigos; pois a corte teve de se alimentar da comida de bordo infestada por insetos, foram atacados por uma praga de piolhos e também sofreram os efeitos de uma tempestade. Ao todo foram 32 barcos de guerra, junto com mais 30 navios mercantes, que navegariam em direção às Américas (Este número de navios não é unânime para todos os autores). Às três horas da tarde, 21 tiros de canhão marcaram o início da jornada da família real. Como é defendido por vários autores, embarcaram nos navios disponíveis cerca de 15.000 pessoas, representando todas as classes, estando a Família Real dividida pelas diversas naus que constituíam a esquadra.

Em novembro de 1808, partiram do Pará as tropas portuguesas sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Marques (D'Elvas Portugal). Em janeiro de 1809, Caiena capitulava e era anexada aos domínios de Portugal. Manoel Marques governou provisoriamente Caiena até que o desembargador João Severiano Maciel da Costa assumisse a administração da colônia em março de 1810.



Desembarque das Forças Brasileiras em Caiena, Pintura de Álvaro Martins. Fonte: Wikipédia.

Período Joanino

A tomada de Caiena, capital da Guiana Francesa, iniciou-se com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. O período de permanência da corte portuguesa no

Brasil é popularmente conhecido como Período Joanino (a transferência da sede da monarquia portuguesa para a sua colônia americana fez com que a política externa de Portugal passasse a ser aí decidida, instalando-se no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros). Este conflito foi rodeado de interesses e no 1º dia de Maio de 1808, o Príncipe Regente Dom João lança um documento rompendo todos os Acordos Diplomáticos com a França no período da Revolução:

- o Tratado de Utrecht de 1713 determinava no art.8º: “o limite pelo Rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón”;
- o Tratado de Paris – conhecido também como Talleyrand-Araújo, em referência aos negociadores (firmado em 10 de agosto de 1797, previa que o limite dos territórios seria o Rio Calcione, a meio caminho entre os rios Oiapoque e Araguari, denominando-o “Vicente Pinzón”);
- o Tratado de Badajós (firmado em 6 de junho de 1801, previa o limite para o sul do rio Araguari);
- o Tratado de Madrid (introduziu uma cláusula abusiva, fixando a linha de fronteira no Rio Carapanatuba, ao norte de Macapá, tirando o Amapá do domínio português e duplicando o território da Guiana. Firmado ainda em 1801, no dia 29 de setembro); e
- o Tratado de Amiens (de 27 de março de 1802, retornou o limite de territórios ao rio Araguari).

Medidas geopolíticas

(1) A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil possibilitou não somente o desenvolvimento do território, mas também o seu crescimento. No período em que D. João VI governou a partir do Rio de Janeiro, a região aumentou de tamanho com as conquistas da Cisplatina, conhecida atualmente como Uruguai, e da Guiana Francesa (esses territórios foram anexados ao Império Português como uma resposta à invasão Napoleônica a Portugal - Guiana Francesa, colônia de França; e a aliança da Espanha com os franceses - Cisplatina, colônia da Espanha).

(2) Em 12 de janeiro de 1809, as tropas imperiais invadiram a Guiana Francesa com apoio de tropas inglesas. A ocupação era uma represália à invasão de Portugal pelos franceses e a concretização definitiva das fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. Antes da invasão ocorrer o governo de D. João VI tomou duas medidas geopolíticas:

- a primeira foi a declaração de nulidade dos Tratados firmados anteriormente com a França; e
- a segunda foi uma declaração formal de guerra contra os franceses.

12 de janeiro: tomada de Caiena, capital da Guiana Francesa

A chegada de Dom João VI ao Brasil provocou grande impacto na vida da população do Rio de Janeiro, pois era a primeira vez na história que um governante europeu transferia a capital de seu reino para o continente americano; e foi iniciado um processo de mudanças nas relações do Império Português com a França.

Imediatamente após a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, D. João nomeia Dom Rodrigo de Souza Coutinho para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que não perde tempo, e dias após a sua nomeação inicia a troca de correspondência com o governante da região do Grão-Pará, José Narciso de Magalhães e Menezes, para discutir o planejamento para a invasão da Guiana Francesa.

A conquista de Caiena foi possível por uma série de fatos favoráveis aos portugueses. Um deles é o fato de Napoleão estar ocupado com a guerra que travava com os países europeus, invadindo o território daqueles que não aderiram às suas exigências. Outro fato é a grande quantidade de navios e militares ingleses no continente americano, mais precisamente nas Antilhas. A sua presença devia-se às recentes conquistas: na Guiana Holandesa, invadida pela Inglaterra em

1804; e em Curaçao, invadida em 1807. Além disso, a frota comandada por Lorde Cochrane a postos na região para atacar Martinica e Guadalupe, em fevereiro de 1809.

Poucos meses após a chegada da família real, a expedição comandada pelo Tenente-Coronel Manuel Marques D'Elvas Portugal partiu da cidade de Belém em direção à Guiana Francesa. Segundo Cláudio Skora Rosty, os combatentes eram compostos por duas Companhias de Granadeiros, duas Companhias de Caçadores do 1º e 3º Regimentos de Linha (Estremoz) e uma Bateria de Artilharia (três peças de seis polegadas) com cerca de 450 homens (antes de prosseguir viagem foram reforçados com um contingente de colonos e indígenas). Ao todo partiram de Belém 800 soldados do Exército colonial e 300 soldados da infantaria naval da Marinha colonial (este conflito é considerado como o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil).

Foi ainda formada uma pequena esquadra composta por:

- Fragata “Confidence”, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra James Lucas Yeo, com 26 peças de artilharia;
- Brigue “Voador”, às ordens do Capitão-de-fragata José António Salgado, com dezoito peças de artilharia;
- “Infante D. Pedro”, às ordens do Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira, também com dezoito peças de artilharia;
- Escuna “General Magalhães”, com doze canhões; e
- Cúteres “Vingança” e “Leão”, com oito peças de artilharia, cada.

Além destes, compunham a expedição três barcas-canhoneira e três barcos-transporte. As tropas do governo da Guiana Francesa eram cerca de 511 militares profissionais, 200 milicianos e 100 escravos armados (cerca de 900 homens). Em 7 de janeiro de 1809, foram conquistados os dois últimos fortes, o que permitiu o desembarque da tropa que estava nos navios nas praias de Caiena, manobra que os ingleses chamam de “littoral war”.

A defesa preparada pelos franceses foi inútil e, cerca de cinco dias após o desembarque das forças portuguesas, o governador da Guiana assinou a sua rendição (No dia 11, a capitulação foi discutida entre o governador Victor Hugues, o comandante português Manoel Marques, e o capitão James Lucas Yeo. A capitulação foi assinada no dia 12, em três versões – francês, português e inglês). Os membros da administração civil e militar, além das suas respectivas famílias e criados, retornam para a França, com a viagem bancada pelo Príncipe Regente D. João. Em França, a rendição do antigo governador de Caiena acabou por culminar na sua prisão perpétua por imprevidência e frouxidão na organização da defesa e na operação militar. Os termos da conquista de Caiena foram muito mal vistos pelo Governador da Província do Grão-Pará. Ele não concordava com a libertação dos escravos guianenses, que foram incorporados ao exército inglês, bem como o estabelecimento de áreas jurídicas onde a autoridade de D. João VI pudesse agir, ou seja, territórios limitados que obedeceriam aos decretos do imperador brasileiro. As demais áreas da Guiana permaneceram sob influência da França.

Em janeiro de 1809, lavraram-se os termos da posse definitiva portuguesa na Guiana. No entanto, ela não foi declarada oficialmente parte integrante do território brasileiro, de forma que os guianenses mantiveram seu vínculo com as leis napoleônicas e não com as portuguesas.

Como prêmio, D. João VI mandou cunhar uma medalha de prata comemorativa da Tomada de Caiena, em cujo anverso estava sua figura em perfil coroada de louros e, no reverso, a data de 14 de janeiro de 1809, com a inscrição: “Caiena tomada aos franceses”.

A Guiana permaneceu sob domínio dos portugueses até 21 de novembro de 1817, quando foi restituída à França com base no Congresso de Viena. Os objetivos do Império Português não eram

Como estão as Forças Armadas Brasileiras? Esta é uma pergunta que tem instigado militares e interessados pelo assunto. Segundo o portal Sohu.com, que compõe o maior grupo de comunicação da China, as Forças Armadas Brasileiras (FFAA) vão mal, porque o País gasta pouco com modernização de armamentos, pois prioriza salários, aposentadorias e pensões. O Portal fez ainda duras críticas, classificando-as como *“o exército mais falso e vazio do mundo”*.

De acordo com a publicação, artigo da jornalista Camila Bezerra (jornal-ggn@gmail.com), a aquisição de armamentos e equipamentos representa normalmente cerca de 30% do gasto militar. No Brasil, o investimento nesta área seria de apenas 1,3% do PIB, fato que resulta em uma *“fraca eficácia de combate e armamento atrasado”*, tornando-o *“o exército com a pior eficácia de combate do mundo”*.

A publicação ressalta ainda que 80% dos gastos militares são destinados a salários, aposentadorias e pensões – o que expõe a falta de pretensão do País em se tornar uma potência militar.

As críticas ao desempenho as Forças Armadas Brasileiras remontam à Hitler, que durante a Segunda Guerra Mundial teria dito que *“se os brasileiros soubessem lutar, as cobras poderiam fumar cigarros”*. Nesta época, os combatentes seriam fracos e mal equipados e, por isso, dizimados pelo exército alemão.

O Brasil tem, segundo a articulista, três razões para não investir no desenvolvimento do Exército. O primeiro deles é a localização. Além de estar “cercado por alguns pequenos países, o que não constitui uma pressão estratégica sobre o País”, o Brasil também é influenciado pelos Estados Unidos e, por isso, não tem preocupações.

O segundo motivo pelo qual o exército brasileiro seria tão “frouxo”, nas palavras da publicação, é a falta de ambição em se tornar uma potência militar ou tentar competir com os EUA a respeito da hegemonia regional. Assim, o País “não tem inimigo estratégico nem inimigo imaginário, portanto, naturalmente, não precisa desenvolver vigorosamente suas forças armadas”.

Por fim, o artigo exalta as características da população, que é inerentemente solta, não quer ser constrangida e quer “aproveitar a vida e viver uma vida sem contenda com o mundo”.

“De fato, se todos os países do mundo, como o Brasil, não tiverem a ambição de dominar o mundo nem exportar as ideias da democracia, o mundo inteiro se tornará muito mais harmonioso e a humanidade não estará longe da paz permanente”, conclui a publicação.

Realmente, o presente artigo fez um diagnóstico das nossas FFAA que não corresponde a situação atual, pois as mesmas, em particular o Exército, estão vivendo um processo de transformação, que é o conjunto de mudanças na doutrina, organização, adestramento, material, emprego, pessoal e instrução, iniciadas em 2010. O processo é induzido por projetos/programas de investimento e é planejado de

forma institucional, sem um líder definido. A maioria de seus programas começaram em 2012, com horizonte temporal até 2022–2023, mas o orçamento restrito dilatou o cronograma, e algumas das metas chegam até 2040. O objetivo seria construir

o “exército do futuro”, capaz de projetar o poder do Brasil como futura potência global, conforme as demandas do Ministério da Defesa e paralelamente aos programas de investimento da Força Aérea e Marinha.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

31 de julho - Dia de Santo Inácio de Loyola Padroeiro da Infantaria



Inácio Lopes de Loyola nasceu em 1491, no Castelo de Loiola, no Vale do Orola, em Azpeitia, atual Espanha.

Era o mais jovem de 13 filhos de uma família nobre da província de Guipuzcoa.

A serviço do Vice-rei de Navarra, foi ferido, em 1521, no Cerco de Pamplona.

Nos meses seguintes em recuperação, Inácio de Loyola se dedicou à leitura sobre a vida de Cristo e dos Santos, de onde veio a decisão de passar do serviço militar ao serviço dedicado a Deus.

Em 1534 fundou em Montmartre, Paris, a Companhia de Jesus (Jesuítas), Ordem Religiosa católica romana, que teve grande importância na reforma católica.

Essa Ordem Religiosa teve inspiração militar, na “Companhia de Infantaria”, que ele comandou, como capitão, quando defendeu Pamplona dos franceses.

Sua experiência espiritual foi consignada nos “Exercícios Espirituais”, compostos por ele em Manresa, em 1523, os quais se tornaram um clássico guia para o itinerário espiritual.

Promoveu a catequese e o apostolado missionário e teve entre seus discípulos São Francisco Xavier.

Santo Inácio de Loyola faleceu em Roma, em 31 de julho de 1556.

Tinha 65 anos de idade.

Não apenas por ter sido, como capitão, “Comandante de uma Companhia de Infantaria” no cerco a Pamplona pelos franceses, mas, pelo seu destemor, pela intrepidez e pela coragem nas refregas eletrizantes do combate, Santo Inácio de Loyola é considerado o Padroeiro da Infantaria, a Arma do Exército, que se caracteriza pelos esforços prolongados e supremos sacrifícios.

Santo Inácio de Loyola foi canonizado no dia 12 de março de 1622 pelo Papa Gregório XV e sua festa é celebrada no dia 31 de julho, data de sua morte.

=====

Em tempo de paz convém ao homem serenidade e humildade; mas quando estoura a guerra, deve agir como um tigre!

William Shakespeare

.....

A política é uma guerra sem derramamento de sangue, e a guerra uma política com derramamento de sangue.

Mao Tse-Tung

5555555555555555555555555555555555555555555555555555555555555555

À Pátria tudo se dá, nada se pede, nem reconhecimento!

Tenente Siqueira Campos

@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@@

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis
Cel Presidente da AHIMTB/RS (lcaminha@gmail.com)
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br
Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br
Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com
Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes: http://historiapatriota.blogspot.com